



Gestão
dos Direitos
dos Artistas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

**Assembleia Geral realizada no dia 30 de
maio de 2017**





Gestão
dos Direitos
dos Artistas

ÍNDICE

Introdução	2
Cobrança	8
Distribuição	11
Institucional	16
Ação Social e Cultural	20
Análise financeira	22
Prestação de contas do exercício 2016	29
Anexo	49



INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2016 a atividade da GDA – Gestão dos Direitos dos Artistas - foi desenvolvida em redor de dois grandes eixos estratégicos: o investimento tecnológico e o reforço claro da função do apoio cultural e social da Fundação GDA à comunidade artística.



O investimento tecnológico foi muito concentrado no processo de distribuição dos direitos gerados pelas obras artísticas. Este investimento teve como principais objetivos a **transparência**, a **celeridade** e a **precisão** – e, por isso, a **justiça** – do processo de atribuição das quantias que são devidas a cada artista.

Nas orientações que foram dadas para a construção do novo sistema informático de suporte à distribuição, o REPART, a Direção da GDA considerou absolutamente prioritário torná-lo acessível e intuitivo. O objetivo é facilitar o processo de introdução de informação por parte dos artistas, e a tornar a leitura dos seus dados simples e clara.

A criação da figura do Gestor de Repertório, a entrada em funcionamento do REPART ao longo do mandato e, em outubro de 2016, o acesso à funcionalidade SonArt (que permite aos artistas portugueses terem acesso *online* ao número de vezes que a sua música passou nas estações de Rádio e de TV monitorizadas), mudaram estruturalmente a relação da GDA com os artistas, tornando-a mais próxima, mais participativa, mais estável e mais construtiva.

Estas funcionalidades permitiram que em 2016 fosse submetido um **número recorde de declarações de repertório**.

NOVAS DECLARAÇÕES DE REPORTÓRIO		
Ano	Número	Obs.
2016	219 348	Submetidas
Desde novembro de 1995 a dezembro de 2015	153 722	
TOTAL	373 070	

Este facto possibilitou não só aumentar o conhecimento sobre os cooperadores e as suas necessidades, como também ganhos de produtividade muito significativos, atingindo-se as maiores distribuições de sempre: houve mais dinheiro distribuído e alcançámos um novo máximo no número de artistas abrangidos desde sempre em Portugal.

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL			
	Valor	Artistas	Obs.
2016	925 012,00 €	4456	cooperadores e administrados
2015	338 845,95 €	3442	

Nota: Estes valores correspondem a vários anos de direitos (de 2006 a 2014), tendo o respetivo lançamento em conta corrente tido lugar em 2015 e 2016, respetivamente.

Em paralelo, a maior e mais eficiente capacidade de recolha de informação, permitiu também fazer a primeira distribuição internacional de audiovisual, incluindo sociedades congéneres e abrangendo um grande número de artistas.



A estas conquistas, soma-se o facto de a GDA ter sido uma das primeiras sociedades no mundo a ver integrado o repertório de atores, bailarinos e músicos no VRDB (Virtual Recording Database), ao mesmo tempo que assumiu um papel mais ativo no âmbito dos comités técnicos da SCAPR.

Como consequência deste trabalho, a GDA vê a sua notoriedade aumentar substancialmente junto das suas congéneres internacionais – as quais, aliás, expressaram o seu reconhecimento disso mesmo em diversas ocasiões, nomeadamente por ocasião do lançamento do SonArt em 1 de outubro de 2016.

Fruto da presença regular em instituições europeias como o Parlamento Europeu, a participação em grupos de trabalho com instituições homólogas, e sobretudo a integração institucional, técnica e jurídica nas principais organizações internacionais representativas dos artistas, a GDA vem sendo cada vez mais encarada como um agente relevante e credível junto dos seus parceiros em todo o mundo.



No que diz respeito à função social e cultural levada a cabo pela Fundação GDA, houve uma orientação muito clara da Direção no que diz respeito às componentes de inovação e de investimento tecnológico.

Esta orientação é descrita em detalhe no “Relatório de Atividades de 2016” da Fundação (em anexo), em que se considerou *“crítica e prioritária a adoção de procedimentos e modelos de comunicação, internos e externos, baseados nas novas tecnologias de informação”*.



Assim, a criação do *website* da Fundação GDA e a entrada em funcionamento, no início de 2017, do Portal do Artista – uma plataforma interativa onde é feita a gestão de todos os assuntos de interesse dos artistas, nomeadamente de todos os processos concursais dos programas de apoio – mudaram, por completo e de uma forma definitiva, a relação da Fundação com a classe artística.

No domínio da Ação Social, houve um salto qualitativo nas diversas áreas, com particular ênfase para a Saúde e para o Aconselhamento Jurídico. Neste último caso, reorganizaram-se completamente os serviços jurídicos, tornando-os aptos a servirem os cooperadores com eficiência e rapidez.

No caso da saúde, foram celebrados vários protocolos com instituições, tais como os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa. Depois de um longo processo negocial, concluído agora, no início de 2017, conseguiu-se, para além da manutenção do cartão FGDA – Activcare, para artistas cooperadores com mais de 71 anos, uma melhoria significativa das condições com um novo seguro de saúde FGDA – Multicare, o qual passou a incluir também uma cobertura de internamento hospitalar até aos €30.000.

Estas melhorias na área da Ação Social, significaram para a Fundação um reforço substancial do orçamento, triplicando o seu investimento nesta área.



A atividade da GDA, no ano 2016, foi também marcada pela preparação da mudança para as novas instalações, na Avenida Defensores de Chaves, n.º 46, em Lisboa.



Estas novas instalações foram objeto de uma cuidada recuperação arquitetónica, que irá permitir à GDA e à Fundação GDA tornarem o seu funcionamento mais eficiente e próximo dos cooperadores e artistas.



O ano de 2016 representou para a GDA um marco muito importante na construção das condições para o aumento estrutural das cobranças futuras. Em primeiro lugar, pelo evidente caso de sucesso que representou a entrada em vigor da Lei da Cópia Privada, permitindo um crescimento significativo do valor desta compensação.

Em segundo lugar, pelo acordo a que a GDA conseguiu chegar com a NOS, o maior operador nacional de cabo, sem necessidade de recurso a contencioso ou a uma sempre onerosa arbitragem. Para além do seu valor intrínseco, este acordo constitui-se também como um primeiro passo para a desejada uniformização, entre todos os operadores, das tarifas do direito de retransmissão por cabo.

Em terceiro lugar, a resolução dos problemas com as principais rádios nacionais pôs fim a um conflito tão longo quanto pernicioso.

Para além dos méritos próprios deste acordo, ele constitui também um precedente e uma base para as negociações com as rádios locais que, em parceria com os produtores fonográficos, a GDA irá desenvolver ao longo de 2017.



Em síntese, ao aumento muito substancial das verbas distribuídas pelos artistas entre 2013 e 2015 – fruto das inovações tecnológicas e dos ganhos de eficiência –



corresponderam, em 2016, as maiores distribuições de remunerações aos artistas e o maior número de artistas abrangidos.

Ao mesmo tempo que se lançaram as bases para aumentar as cobranças futuras, emagreceu-se a estrutura da GDA, qualificando-se o seu corpo técnico com recursos humanos de perfil profissional mais elevado relativamente aos que saíram.

*

PERFIS MODE

MODE		
	Valor	Artistas
PERFIL MODE 14	140 000,00 €	995
PERFIL MODE 13	139 909,39 €	818

*

Seguem-se os relatórios setoriais organizados de acordo com as áreas de atuação a que se reportam:

- **Cobrança**
- **Distribuição**
- **Institucional**
- **Ação Social e Ação Cultural**



COBRANÇA

Destacam-se em 2016, pela importância e significado de que este processo se reveste, os trabalhos preparatórios para a constituição do **Balcão Único de Licenciamento Conjunto**.

Trata-se de um processo que visa a cobrança uniformizada, centralizada e sistemática das remunerações devidas pelas diversas atividades económicas, pela execução pública de obras fonográficas e audiovisuais, carecendo de consenso entre as entidades representativas dos diferentes titulares de direitos: a GDA (Artistas), a GEDIPE (Produtores Audiovisuais), AUDIOGEST (Produtores Fonográficos) e SPA (Autores) sobre o licenciamento voluntário. Subsistem, contudo, divergências consideráveis de natureza técnica e operacional, nomeadamente sobre a fiscalização e a cobrança coerciva que, acreditamos, virão a ser negociadas e resolvidas ao longo de 2017.

Em 2016 assistiu-se, também, à estabilização da nossa faturação. Para este resultado muito contribuíram o acordo alcançado com a NOS, o aumento significativo da compensação pela cópia privada (consequência da alteração à lei de setembro de 2015) e o crescimento das receitas da execução pública, decorrentes dos acordos de parceria com a GEDIPE e PassMúsica:

- O aumento dos valores cobrados permitiu o crescimento sustentado da PassMúsica em 2016. Recordamos que esta verba é repartida, em partes iguais, por artistas e por produtores fonográficos, antes da distribuição pelos respetivos titulares;
- O Serviço de Licenciamento PassMúsica atingiu em 2016 um nível de crescimento histórico (22%) quando comparado com o ano de 2015, tendo

ultrapassado os €5M (13% acima da previsão orçamentada e 22% acima do realizado no ano de 2015);

- Para este crescimento muito contribuiu a estratégia, implementada ao longo dos últimos anos, de insistência na informação aos empresários sobre a legalidade e obrigatoriedade do licenciamento PassMúsica. Igualmente, a renovação das parcerias com Associações Setoriais, Comerciais e outras, bem como a formação às entidades fiscalizadoras, permitem credibilizar e fazer chegar esta informação a um número cada vez mais alargado de utilizadores de música;
- A fiscalização foi reforçada mediante um compromisso e ações de formação com as autoridades fiscalizadoras e órgãos da polícia criminal. Houve, ainda, um reforço da nossa rede interna que permitiu uma melhor fiscalização no terreno. Foram reforçadas no território nacional as cobranças em todos os setores de atividade económica onde há execução pública de música gravada;
- A aposta na negociação de acordos e protocolos com as Autarquias foi premiada com a celebração de um protocolo com a Câmara Municipal do Porto. Este desfecho servirá como exemplo para a concretização, num futuro próximo, de outros protocolos similares;
- Foi visível o aumento da capacidade de resposta e da eficiência do sistema interno da PassMúsica de suporte ao licenciamento de todos os utilizadores, bem como de uma maior celeridade na resposta a cada caso concreto.



Como consequência desta estratégia, e após uma década de existência (e a obrigação legal em que se funda), a marca PassMúsica é amplamente conhecida e reconhecida pelos utilizadores de música gravada;

- O Serviço de Licenciamento conjunto com a GEDIPE atingiu em 2016 um nível de crescimento que praticamente duplica o registado no ano de 2015;
- O aumento dos valores cobrados confirmou a justeza da decisão de estabelecer esta parceria GDA/GEDIPE para a cobrança dos direitos relativos à execução pública de obras audiovisuais.

Recordamos que os valores cobrados são repartidos, em partes iguais, por artistas e por produtores videográficos, antes da distribuição pelos respetivos titulares.

- A partir de março de 2016, a GDA, representada pela Diretora Financeira, Teresa Oliveira, passou a integrar o órgão de direção da AGECOPE (Associação para a gestão da cópia privada).



DISTRIBUIÇÃO

Em 2016, a GDA deu um importante passo na distribuição, aproximando-a das entidades de gestão europeias de referência. Este avanço é reflexo do trabalho rigoroso e inovador desenvolvido, que torna tangíveis mais e melhores distribuições, em benefício dos artistas que representa.

A implementação do novo sistema informático para processar a distribuição, o REPART – cuja face mais visível para os artistas é o Portal GDA – representa uma significativa evolução e uma conquista para o Departamento de Distribuição. Este salto tecnológico permitiu várias melhorias:

Internas

- Uma maior participação dos cooperadores em todos os aspetos do funcionamento da GDA;
- Ganhos de produtividade significativos, o que possibilitou as maiores distribuições de sempre: mais dinheiro distribuído e mais artistas abrangidos;
- Aumento do número de cooperadores;
- Distribuições mais transparentes e justas.

Internacionais

- Aumento da notoriedade e da credibilidade da GDA, junto dos artistas e organizações congéneres;
- Maior número de artistas e membros não portugueses;
- Maior e mais eficiente capacidade de recolha e processamento informação;
- Preparação da integração do repertório de atores, bailarinos e músicos no VRDB;



- Assunção de um papel mais ativo a nível internacional, especificamente no seio da SCAPR (Association of European Performer's Organizations).

Distribuições realizadas em 2016

O Departamento de Distribuição procedeu às seguintes distribuições ordinárias em 2016:

1. FNG 2014 (utilização de fonogramas, ano de direitos de 2014);
2. ADV 2011 (utilização de obras audiovisuais, ano de direitos de 2011).

De igual modo, procedemos à revisão anual das distribuições ordinárias e não prescritas, com vista à incorporação dos novos dados e à realização dos correspondentes recálculos e pagamentos:

1. FNG 2008 (utilização de fonogramas, ano de direitos de 2008);
2. FNG 2009 (utilização de fonogramas, ano de direitos de 2009);
3. FNG 2010 (utilização de fonogramas, ano de direitos de 2010);
4. FNG 2011 (utilização de fonogramas, ano de direitos de 2011);
5. FNG 2012 (utilização de fonogramas, ano de direitos de 2012);
6. FNG 2013 (utilização de fonogramas, ano de direitos de 2013);
7. ADV 2006 (utilização de obras audiovisuais, ano de direitos de 2006);
8. ADV 2007 (utilização de obras audiovisuais, ano de direitos de 2007);
9. ADV 2008 (utilização de obras audiovisuais, ano de direitos de 2008);
10. ADV 2009 (utilização de obras audiovisuais, ano de direitos de 2009);
11. ADV 2010 (utilização de obras audiovisuais, ano de direitos de 2010).

No âmbito dos contratos de reciprocidade (distribuições internacionais), procedemos às seguintes distribuições ordinárias, com vista à incorporação dos novos dados e à realização dos correspondentes recálculos e pagamentos:

1. FNG 2013 (utilização de fonogramas, ano de direitos de 2013);
2. FNG 2014 (utilização de fonogramas, ano de direitos de 2014);
3. ADV 2010 (utilização de obras audiovisuais, ano de direitos de 2010).

DISTRIBUIÇÃO INTERNACIONAL			
DIREITOS COBRADOS EM PORTUGAL			
	Valor	Artistas	Obs.
2016	238 036,11 €	20 270	23 sociedades congéneres
2015	101 774,24 €	12 949	14 sociedades congéneres

Nota: Não inclui os direitos referentes aos artistas representados pelas sociedades Abramus (Brasil) e Sag-Aftra (EUA).

DIREITOS COBRADOS FORA DE PORTUGAL		
2016	71 925,94 €	14 sociedades congéneres
2015	45 720,45 €	13 sociedades congéneres
2014	26 205,39 €	12 sociedades congéneres
2013	19 638,58 €	9 sociedades congéneres



O investimento tecnológico feito pela GDA revelou-se fundamental para que o sistema de distribuição desse resposta a duas questões essenciais, permitindo:

- Otimizar os tempos e custos na aquisição, recolha, introdução e processamento das enormes quantidades de informação que são necessárias para uma distribuição;
- Facilitar o acesso à informação disponível, de forma intuitiva e inteligível, para que os titulares a possam, em qualquer momento, consultar;
- Como uma parte dessa informação só pode ser prestada pelos próprios artistas (ou seus representantes), foi necessário desenvolver um instrumento que possibilitasse a introdução dos dados de forma fácil e intuitiva, não só para os cooperadores, mas também para as sociedades congéneres e para as agências internacionais de representação de artistas.

Pode-se considerar que este investimento tecnológico da GDA permitiu criar um sistema informático, consolidando duas áreas cruciais na nossa atividade: a Distribuição e a Ação Social e Cultural.

Assim, numa primeira fase, surgiu o REPART, um sistema informático de apoio à distribuição, versátil, modular e adequado ao sentido de justiça das suas regras de distribuição.

Numa segunda fase, a GDA desenvolveu um sistema com idêntica filosofia, desta feita orientado para a gestão da Ação Cultural - o **Portal do Artista**. Este Portal é compatível e complementar ao REPART - uma compatibilidade garantida pela participação do Departamento de Distribuição da GDA, na sua conceção, desenvolvimento e



implementação. Trata-se de um processo evolutivo, o qual, para além da Ação Cultural, integrará os módulos da Ação Social e da Formação e Desenvolvimento.

A partir de outubro de 2016, com o lançamento do **SonArt**, os cooperadores passaram a ter a possibilidade de acompanharem em tempo real a utilização das suas obras nas rádios e televisões monitorizadas pela GDA. Este é um desenvolvimento significativo que confere uma nova dimensão à ligação do artista com a sua obra reproduzida.

Do lado da monitorização das obras audiovisuais, a mudança para um novo sistema de gravação das emissões de televisão veio permitir uma melhor qualidade da imagem guardada e, ao mesmo tempo, um menor espaço de arquivo.

Trata-se de uma otimização de recursos fundamental para a aposta numa futura inovação tecnológica de processos, e para que a GDA preste cada vez mais um melhor serviço aos artistas cooperadores.



INSTITUCIONAL

O processo de aquisição da atual sede da GDA, e simultaneamente da Fundação GDA, iniciado em março de 2014, encontra-se concluído.

A **mudança de instalações** para a Avenida Defensores de Chaves, preparada ao longo de 2016 e concretizada em 2017, trouxe melhorias significativas no funcionamento das duas entidades.

Os cooperadores, assim como todos os nossos parceiros, passaram a ter acesso num único espaço aos serviços das duas entidades.

Esta mudança proporciona uma acrescida centralidade e fluidez à interatividade entre a GDA e a Fundação GDA, com um aumento da qualidade processual e, em geral, da qualidade do atendimento à comunidade GDA.

Este edifício, adquirido pela GDA e, portanto, propriedade dos cooperadores, é também uma forma de enriquecimento global do património dos artistas.

É de frisar que a recuperação e adaptação das novas instalações, cujo projeto foi responsabilidade do gabinete do arquiteto Carlos Valles, é fruto de um processo bastante rigoroso, a nível orçamental, de execução e cumprimento dos prazos.

Importa referir que se tratava de uma execução plena de desafios, detalhe e pormenor, com particular respeito pela preservação do projeto original datado da década de 1950, da autoria do grande cenógrafo e decorador Lucien Donnat, implicando a reconversão e adaptação de uma moradia unifamiliar em espaço de trabalho.



O destino das anteriores instalações, que são património integral da GDA, será objeto de deliberação em Assembleia Geral, tendo em vista a sua melhor rentabilização e a amortização das novas instalações.

*

No capítulo das **despesas** foi possível manter o nível global de 2015:

- As despesas com o pessoal diminuíram, assim como a taxa de administração que passou de 26% para 20% em 2016.;
- Nesta lógica de otimização de custos, e dado que a GDA presta serviços financeiros, de recursos humanos e de informática à Fundação GDA, torna-se possível uma economia de escala para as duas instituições;
- Perante a necessidade de se proceder a uma reorganização nas estruturas orgânicas de diversos departamentos, decorrente de saída voluntária ou cessação do vínculo laboral com a GDA, tornou-se imperativa a substituição da Direção de Distribuição e Sistemas, tal como da Assessoria da Direção;
- Estas substituições foram perfeitamente salvaguardadas e asseguradas por elementos da equipa - estes elementos já se encontravam integrados na GDA ou em período de formação, facilitando a transição.

*

Na área do **Marketing e da Comunicação**, as mudanças foram substanciais, traduzindo-se na introdução de uma nova orientação estratégica e processual, nomeadamente com o recurso a colaborações externas.

Em março de 2016, realizaram-se as apresentações públicas do plano de comunicação e das novas imagens institucionais da GDA e da Fundação GDA.



*

Em Novembro a GDA marcou presença no Web Summit em reforço da campanha Fair Internet for Performers.

*

Uma inesperada renúncia ao cargo apresentada pelo **Revisor Oficial de Contas**, em março de 2016, impôs a realização de uma Assembleia Geral extraordinária, na qual foi deliberada a nomeação de nova entidade cumprindo o requisito de integração no Conselho Fiscal.

Dado que se tratou de um processo demorado (outubro de 2016/abril de 2017), carecendo de parecer e aprovação da Ordem dos Revisores de Contas, a GDA teve de informar a Tutela das circunstâncias que forçaram o adiamento da reunião de Assembleia Geral de aprovação de contas, prevista para março deste ano.

*

Na área dos **recursos humanos**, a GDA adotou uma política de formação contínua, a nível interno e a nível externo. Existem vários exemplos dessa formação periódica, quer na Ordem dos Contabilistas certificados, para os colaboradores ligados à vertente fiscal e contabilística, quer em formações genéricas, tais como as que foram ministradas pela entidade Falar Claro.

Manteve-se o seguro de saúde para todos os colaboradores, introduzindo-se a possibilidade de integração dos familiares neste benefício.

No plano das relações internacionais, o principal objetivo consiste na preparação e celebração de contratos de representação unilateral ou bilateral, com vista à cobrança



e distribuição internacional dos valores cobrados em Portugal e também dos valores cobrados noutros países, que por esta via são pagos aos artistas portugueses.

Em 2016 foram celebrados novos contratos de representação unilateral com as nossas congéneres Abramus - Brasil (Músicos) e SAWP - Polónia (Músicos).

A nível internacional, são desenvolvidas sinergias junto de outras sociedades que desenvolvem e aplicam o seu método numa realidade similar à portuguesa. Esta dinâmica, ajuda a preparar e a avaliar melhor as nossas decisões, nomeadamente no estudo e análise comparada de tarifários adotados, decisões judiciais e de outros fatores determinantes para a nossa atividade.

Também de grande importância é a presença regular junto das instituições europeias, nomeadamente do Parlamento Europeu, através de reuniões regulares, sobretudo com os deputados portugueses. Um sinal de que esta definição estratégica é fundamental, foi o convite feito à GDA para que passe a integrar diferentes grupos de trabalho, assim como a apresentação de comunicações em eventos dos organismos internacionais.

O reconhecimento do trabalho desenvolvido a nível internacional, tem o seu reflexo na estreita colaboração e crescente presença nos órgãos de gestão das federações internacionais, especificamente na SCAPR- (Societie's Council for the Collective Management of Performer's Rights), na Aepto-Artis- (Association of European Performers Organization), na FILAIE – (Federación Ibero-latinoamericana de Artistas Intérpretes y Executantes), na Latin Artis – (Organización Ibero-latinoamericana de los Artistas de Audiovisual) e, ainda, na Euro-FIA (Federação Internacional de Actores).

Em suma, o trabalho sério e consistente que a GDA tem desenvolvido ao longo dos anos, conferiu-lhe uma crescente credibilidade junto da classe artística, dos pares, dos parceiros e entidades públicas.



AÇÃO SOCIAL E CULTURAL

A partir de 2010, as obrigações referentes à Ação Social e à Ação Cultural da GDA passaram a ser desenvolvidas e executadas pela Fundação GDA, que desta forma cumpre a missão para a qual foi criada e cujo o desígnio central é o apoio generalizado aos artistas intérpretes e executantes.

Em 2016 a Fundação GDA foi também objeto de uma reestruturação orgânica, reorganização processual e investimento tecnológico.

Anexo ao presente relatório, encontra-se o relatório de atividades da FGDA que, de forma muito detalhada e precisa, dá conta de todo o trabalho desenvolvido em benefício da classe artística.



A Direção saúda todos os que, mercê da sua postura pessoal e profissional, constituíram uma preciosa mais valia humana, contribuindo para o fortalecimento da Cooperativa e possibilitando, nomeadamente, a otimização do serviço que é prestado aos seus membros, cujo número de inscritos ativos, em 31 de dezembro de 2016, é o que figura no quadro abaixo inserido:

PERFIL COOPERADOR	
Total Membros: 6989	
Cooperadores	Administrados
5475	1514

Músicos	Atores	Bailarinos
5259	1544	136

Músico/Ator/Bailarino	Músico/Ator	Músico/Bailarino	Ator/Bailarino
2	29	1	3



ANÁLISE FINANCEIRA

Dando cumprimento ao estabelecido nos artigos 23º, nr.º 2, 26º, nrs.º 1 e 2, 27º e 28º, nr.º 1, alínea b, dos Estatutos da Cooperativa, a Direção da GDA, apresenta o Relatório e Contas para o ano 2016, que depois de submetido ao parecer do Conselho Fiscal será apreciado e votado em Assembleia Geral.

A informação constante do ponto deste relatório, pretende dar uma melhor compreensão das contas que são apresentadas em anexo e que contêm a informação legalmente exigida.

RENDIMENTOS

Em jeito de nota prévia importa precisar que existem dois critérios principais para análise dos valores faturados pela GDA. O primeiro corresponde ao ano em que o direito é faturado, o segundo atende ao ano em que se verificou a utilização que originou o direito. Por outras palavras, uma mesma fatura pode conter remunerações relativas a mais do que um ano de direitos, da mesma forma que um ano de direitos pode ter faturas emitidas em anos diversos.

O quadro abaixo apresenta a componente que mais realce e significado tem para a Cooperativa, sendo que, no período em análise, a faturação de direitos emitida no exercício totalizou € 9 184 931,19.

Se compararmos este valor com o valor de faturação do período homologa, aferimos que o crescimento foi de cerca de 54%, registando-se em 2015 um montante de € 5.941.946,36.

Importa referir as causas, bem como o tipo de direitos associados, que mais contribuíram para este registo significativo na faturação de 2016:

- Cópia Privada – a entrada em vigor da nova Lei, em setembro de 2015, determinou logo naquele ano um aumento significativo do valor da compensação apurada € 588 811,56. Em 2016, este aumento acentuou-se, atingindo o valor de € 2 279 911,56.
- Comunicação Pública / Execução Pública de Fonogramas – no ano de 2016 a faturação de Direitos da GDA no âmbito do Projeto PassMúsica atingiu o valor € 2 456 349,51, o que representa um crescimento de cerca de 20% relativamente ao ano de 2015. Este crescimento foi conseguido face aos ganhos de eficácia originados:
 - a) nas estratégias implementadas com vista a sensibilizar os utilizadores para a obrigatoriedade do licenciamento PassMúsica;
 - b) no reforço contínuo das ações de formação prestadas junto das entidades fiscalizadoras;
 - c) na renovação de parcerias com Associações setoriais e outras.
- Comunicação Pública / Retransmissão por Cabo – no de 2016 esta faturação registou um crescimento face a 2015 na ordem dos 3%, em razão do acordo fechado com a NOS. Este acordo explica também o aumento global da faturação da Retransmissão por Cabo – € 2 848 166,07 euros contra € 1 973 542,47 em 2015, por via da inclusão dos montantes correspondentes ao ano de direitos de 2015, cuja faturação ficou pendente do resultado da negociação, no valor aproximado de 812 mil euros.

REPARTIÇÃO DO VALOR DA FATURAÇÃO DE DIREITOS				
RUBRICAS	2015	2016	ORÇAMENTO 2016	DESVIO ORÇAMENTO
Faturação de Direitos	5 941 946,36 €	9 184 831,19 €	6 654 000,00 €	-2 530 831,19 €
Fundo Cultural e Social (Fundação GDA)	802 970,23 €	1 035 737,93 €	833 100,00 €	-202 637,93 €
Fundo Reserva Contencioso	297 097,31 €	459 241,56 €	332 700,00 €	-126 541,56 €
Taxa de Administração	1 544 906,06 €	1 830 805,53 €	1 626 367,00 €	-204 438,53 €
Distribuição de Direitos	3 296 972,77 €	5 859 046,17 €	3 861 833,00 €	-1 997 213,17 €

O crescimento da cobrança de direitos registada no exercício, veio, naturalmente, reforçar as verbas a disponibilizar para a **ação social e para a ação cultural**, estas geridas pela **Fundação GDA**, que em 2016, registam um valor de € 1 035 737,93, após boa cobrança das mesmas.

O **Fundo Reserva Contencioso**, constituído para fazer face a despesas de natureza jurídica, regista também um incremento de valores na ordem dos 459 mil euros, acima dos cerca de 297 mil euros em 2015.

A rubrica destinada à **Taxa de Administração**, cresceu em valor absoluto em 2016. Contudo, e como poderemos observar quando analisarmos os custos de estrutura, o seu peso relativo diminuiu cerca de 6%, passando de 26% em 2015 para 20% em 2016.

O valor libertado para distribuição de direitos aos artistas, foi objeto de um crescimento assinalável de cerca de 51,5%.

VALOR LIBERTADO PARA DISTRIBUIÇÃO		
RUBRICAS	2015	2016
Fonogramas	2 221 203,40 €	3 540 360,09 €
Audiovisual	1 075 769,37 €	2 318 686,08 €

GASTOS E PERDAS

Os gastos e perdas ocorridos no período em análise perfizeram um total de € 2 261 189 90, e encontram-se distribuídos pelas seguintes rubricas:

RUBRICAS	2015	2016	VARIAÇÃO (2015- 2016)	ORÇAMENTO 2016	DESVIO ORÇAMENTO
62 - Fornecimentos e serviços externos	578 658,49 €	711 075,75 €	-132 417,26 €	639 744,00 €	-71 331,75 €
63 - Gastos com o pessoal	1 159 489,70 €	1 081 553,79 €	77 935,91 €	1 117 823,00 €	36 269,21 €
64 - Gastos de depreciação e amortização	170 398,49 €	169 955,55 €	442,94 €	130 000,00 €	-39 955,55 €
68 - Outros gastos	175 430,37 €	207 223,36 €	-31 792,99 €	238 090,00 €	30 866,64 €
69 - Gastos financiamento	145 415,04 €	91 381,45 €	54 033,59 €	165 000,00 €	73 618,55 €
Total	2 229 392,09 €	2 261 189,90 €	-31 797,81 €	2 290 657,00 €	29 467,10 €

O valor executado do lado dos gastos, está praticamente em linha com o orçamento previsto, registando-se, ainda assim, um desvio favorável de aproximadamente 31 mil euros.

No quadro seguinte apresentamos o detalhe de algumas rubricas:

62 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS					
RUBRICAS	2015	2016	VARIAÇÃO (2015-2016)	ORÇAMENTO 2016	DESVIO ORÇAMENTO
Trabalhos especializados - Honorários	355 216,99 €	419 366,49 €	-64 149,50 €	413 535,00 €	-5 831,49 €
Publicidade e propaganda	1 057,65 €	15 720,19 €	-14 662,54 €	570,00 €	-15 150,19 €
Honorários - RV	56 318,00 €	95 961,44 €	-39 643,44 €	79 680,00 €	-16 281,44 €
Conservação e reparação	5 788,41 €	4 258,83 €	1 529,58 €	3 000,00 €	-1 258,83 €
Outros fornecimentos e serviços	4 709,30 €	4 815,49 €	-106,19 €	9 901,00 €	5 085,51 €
Ferramentas e utensílios	9 953,42 €	15 913,58 €	-5 960,16 €	2 021,00 €	-13 892,58 €
Material de escritório	15 375,35 €	6 656,45 €	8 718,90 €	10 920,00 €	4 263,55 €
Artigos para oferta	459,96 €	6 373,80 €	-5 913,84 €	- €	-6 373,80 €
Eletricidade	9 344,85 €	11 810,99 €	-2 466,14 €	8 700,00 €	-3 110,99 €
Combustíveis	3 398,74 €	3 378,00 €	20,74 €	4 000,00 €	622,00 €
Deslocações e Estadas	36 803,17 €	37 301,94 €	-498,77 €	36 000,00 €	-1 301,94 €
Rendas e alugueres	22 914,23 €	27 294,77 €	-4 380,54 €	22 973,00 €	-4 321,77 €
Comunicação	32 524,30 €	25 467,40 €	7 056,90 €	23 904,00 €	-1 563,40 €
Seguros	7 213,51 €	7 192,17 €	21,34 €	2 400,00 €	-4 792,17 €

Despesas de representação	9 255,11 €	20 296,19 €	-11 041,08 €	10 840,00 €	-9 456,19 €
Limpeza, higiene e conforto	8 325,50 €	9 268,02 €	-942,52 €	11 300,00 €	2 031,98 €
Total	578 658,49 €	711 075,75 €	-132 417,26 €	639 744,00 €	-71 331,75 €

- A rubrica de **trabalhos especializados**, com um desvio de cerca de 64 mil euros face ao valor orçamentado, justifica-se pelas ações de participação que a GDA teve: participação no evento Web Summit, organização do Dia Mundial da Música, serviços prestados pela entidade Pessoas e Processos, esta relacionada com os serviços técnicos de manutenção e desenvolvimento da plataforma tecnológica associada ao Repart e, finalmente, uma auditoria externa contratada;
- Na rubrica de **publicidade e propaganda**, foram consideradas as despesas com a nova imagem e a construção do novo site;
- O valor registado em **artigos para oferta**, serigrafias alusivas aos teatros nacionais oferecidos aos congressistas do grupo Eurofia;
- A rubrica de **rendas e alugueres**, com um desvio de cerca de 4,5 mil euros face ao valor orçamentado, teve em conta despesas associadas à ação da abertura do serviço de monitorização prestado pela Bmat no Dia Mundial da Música, nomeadamente o aluguer de um piano e do espaço, entre outros;
- As despesas de **comunicação**, com um desvio positivo de cerca de 7 mil euros, ocorre por via da renegociação do contrato com o operador de telecomunicações NOS;

- A rubrica de **despesas de representação**, cuja execução apresenta um desvio de cerca de 11 mil euros, fruto das ações associadas ao Web Summit, Dia Mundial da Música, organização do Congresso Eurofia, entre outras deslocações relacionadas com a importância da GDA estar presente em vários fóruns internacionais;
- Os **gastos com pessoal**, apresentam um desvio favorável de cerca de 36 mil euros face ao valor orçamentado, registados na sequência da saída de quatro colaboradores e duas licenças de parentalidade;
- Os **gastos de depreciação e amortização**, registando um valor um desvio desfavorável não sendo expressivo. Se compararmos a execução de 2015 com o ano de 2016, os valores são praticamente semelhantes, justificados em 2016, por despesas de aquisições incorridas com a adaptação das novas instalações;
- Os **outros gastos**, apresentam um desvio favorável face ao previsto em orçamento. Damos nota que uma parte significativa do valor aqui registado é o que está diretamente relacionado com a componente de impostos, o IVA, este integralmente suportado e que atingiu aproximadamente o valor de 48 mil euros, das quotizações pagas a entidades;
- Os **gastos de financiamento**, apresentam um desvio favorável face ao valor do orçamento de cerca de 74 mil euros.
- No que diz respeito à taxa de administração, em 2015 observou-se uma taxa de 26%, em 2016, a taxa apurada é 20%.



PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2016

1. Balanço Individual
2. Demonstração dos Resultados por Naturezas
3. Demonstração de Fluxos de Caixa
4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
5. Anexo às Demonstrações Financeiras
6. Relatório do Conselho Fiscal
7. Certificação Legal das Contas



Gestão
dos Direitos
dos Artistas

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

UNIDADE MONETARIA €

UNIDADE MONETÁRIA €

RUBRICAS	NOTAS (Anexo)	DATAS	
		31/12/2016	31/12/2015
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	4	2 282 683,49	1 725 810,86
Activos Intangíveis	5	133 846,66	267 653,18
Activos Fixos Tangíveis - Em Curso		0,00	80 008,48
Investimentos Financeiros	6	656,43	719,51
		2 417 186,58	2 074 192,03
ACTIVO CORRENTE			
Créditos a Receber	7	4 388 944,76	2 578 440,54
Estado e Outros Entes Publicos	8	2 923,52	21 437,42
Outras Contas a Receber	10	0,00	5 344,96
Diferimentos	9	55 914,33	31 184,64
Outros Activos Correntes	10	12 888 129,63	16 525 521,28
Caixa e Depósitos Bancários	11	7 525 738,36	779 384,17
		24 861 650,60	19 941 313,01
TOTAL DO ACTIVO		27 278 837,18	22 015 505,04
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	130 689,99	119 339,99
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		410 797,16	410 797,16
		541 487,15	530 137,15
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00
Total dos Fundos Patrimoniais		541 487,15	530 137,15
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos Obtidos	13	694 075,56	730 918,38
		694 075,56	730 918,38
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	232 434,39	37 664,42
Estado e Outros Entes Publicos	8	54 567,72	44 993,94
Financiamentos Obtidos	13	69 256,31	61 048,68
Outros Passivos Correntes	15	25 687 016,05	20 610 742,47
TOTAL DO PASSIVO		26 737 350,03	21 485 367,89
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		27 278 837,18	22 015 505,04

O Contabilista Certificado

(Membro OCC 23 168)

A Direcção

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS		UNIDADE MONETÁRIA €	
		PERÍODOS	
	NOTAS (Anexo)	Ano 2016	Ano 2015
Vendas e Serviços Prestados	17	1 830 805,53	1 544 906,05
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	18	133 806,52	139 986,75
Fornecimentos e Serviços Externos	19	-711 075,75	-578 658,49
Gastos Com o Pessoal	20	-1 081 553,79	-1 159 489,70
Outros Rendimentos	21	158 335,35	323 171,12
Outros Gastos	22	-207 223,36	-175 430,37
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		123 094,50	94 485,36
Gastos /Reversões de Depreciação e Amortização	4 e 5	-169 955,55	-170 398,49
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		-46 861,05	-75 913,13
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	23.1	160 074,62	239 751,00
Juros e Gastos Similares Suportados	23.2	-91 381,45	-145 415,04
Resultados Antes de Impostos		21 832,12	18 422,83
Imposto Sobre o rendimento do Período	24	-21 832,12	-18 422,83
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00

O Contabilista Certificado

(Membro OCC 23 168)

A Direcção

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade monetária: €			
	NOTAS	DATA 2016	DATA 2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		7 018 768,71	4 859 044,07
Pagamentos a fornecedores		-711 075,75	-973 906,32
Pagamentos ao pessoal		-633 247,33	-614 628,83
Pagamento de Direitos / Cooperadores		-1 825 549,04	-1 708 822,40
Caixa gerada pelas operações		3 848 896,59	1 561 686,52
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-626 888,53	-540 411,81
Outros recebimentos/pagamentos		-12 746,97	-43 698,11
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		3 209 261,09	977 576,60
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-300 189,66	-52 396,08
Activos intangíveis		0,00	-401 459,70
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		38 738,89	400,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	23 1	160 074,62	239 751,00
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-101 378,15	-213 704,78
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos	12	11 350,00	9 500,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		3 846 357,56	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-127 856,86	-132 097,21
Juros e gastos similares	23 2	-91 381,45	-145 415,04
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento		0,00	-43 698,11
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		3 638 469,25	-311 710,36
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6 746 354,19	452 161,46
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		779 384,17	327 222,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	7 525 738,36	779 384,17

O Contabilista Certificado

(Membro OCC 23 168)

A Direcção

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais				Unidade Monetária €	
		Fundos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais	
1	1	109 839,99	410 797,16	0,00	0,00	520 637,15	
2	2				0,00	0,00	
3	3	9 500,00				9 500,00	
4=1+2+3	4	9 500,00	0,00	0,00	0,00	9 500,00	
5	5	119 339,99	410 797,16	0,00	0,00	530 137,15	
6	6	119 339,99	410 797,16	0,00	0,00	530 137,15	
7	7	11 350,00				0,00	
8=5+6+7	8	11 350,00	0,00	0,00	0,00	11 350,00	
		130 689,99	410 797,16	0,00	0,00	541 487,15	

O Contabilista Certificado

A Direcção

(Membro OCC 23 168)

VA
[Handwritten signature]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL, com sede na Rua Joaquim Agostinho nº14-B em Lisboa, NIPC 503 594 504, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o Nº. 6151, foi constituída no ano de 1996 e tem como objecto social a Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2016 foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Cooperativa, de acordo com o regime de normalização para entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo compreende:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e resultados da GDA.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do período anterior:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro do Ano 2015.

3. POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

[Handwritten signature]

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, mantidos de acordo com as NCRF – ESNL (Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho) em vigor à data da sua elaboração.

3.2 Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, estão registados ao custo de aquisição. As respectivas reintegrações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar, nº 2/90 de 12 de janeiro. Os Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis adquiridos a partir de 1 de Janeiro de 2010 estão registados ao custo de aquisição. As respectivas depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro, tendo sido adoptado o disposto no artigo 19º do referido Decreto Regulamentar relativamente aos bens de reduzido valor (unitário = € 1000) amortizados no período de aquisição na sua totalidade.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

Designação	Anos
Edifícios e Outras Construções	8 - 50
Equipamento Básico	5 - 10
Equipamento Transporte	4
Equipam. Administrativo e Software	1 - 10

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução de responsabilidade.

3.4 Instrumentos Financeiros

3.4.1 “Caixa e Depósitos Bancários”

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem e a prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis.

Os descobertos bancários a existirem, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.4.2 “Clientes e outros créditos a receber”

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores, de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência

✓
14
Folha

de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

3.4.3 “Financiamentos obtidos”

Os financiamentos obtidos são registados no passivo de acordo com o método do custo.

3.4.4 “Fornecedores e outras contas a pagar”

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo.

3.5 Activos e Passivos contingentes

Os activos e passivos contingentes são definidos como situações que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. A GDA não reconhece activos nem passivos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios ou prejuízos económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então os activos ou passivos deixam de ser considerados contingentes, sendo reconhecidos pelo seu valor estimado.

3.6 Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros Ativos Correntes” e “Outros Passivos Correntes” ou “Diferimentos”.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” é calculado com base nos resultados tributáveis da GDA, de acordo com as regras fiscais em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correcção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos.

3.8 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

(a) Tal como mencionado na nota 2.3., as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

(b) Não foram efetuadas alterações significativas nas estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 quando comparadas com as estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

(c) Não foram identificados erros materiais que afetem as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

✓
✓
Pde

4. ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

ACTIVOS	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transferencias	Saldo Final
Terrenos	412.500,00	0,00	0,00	0,00	412.500,00
Edifícios	1.484.383,26	0,00	0,00	0,00	1.484.383,26
Equipamento Básico	1.659,28	0,00	0,00	0,00	1.659,28
Equip. Transporte	113.850,61	92.001,12	113.850,61	0,00	92.001,12
Ferramentas e Utensílios	1.658,91	0,00	0,00	0,00	1.658,91
Equip.Administrativo	299.103,90	2.399,97	1.284,00	0,00	300.219,87
Ativos fixos em curso	80.008,48	426.032,12	0,00	0,00	506.040,60
Total	2.393.164,44	520.433,21	115.134,61	0,00	2.798.463,04

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo Inicial	Reforço do Exercício	Regularizações	Saldo Final
Edifícios	187.005,29	5.778,39	0,00	192.783,68
Equipamento Básico	1.659,28	0,00	0,00	1.659,28
Equip. Transporte	106.430,58	23.000,31	106.430,61	23.000,28
Ferramentas e Utensílios	1.658,95	0,00	0,00	1.658,95
Equip.Administrativo	290.591,03	7.370,33	1.284,00	296.677,36
Total	587.345,13	36.149,03	107.714,61	515.779,55

ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS - VALOR LIQUIDO **2.282.683,49**

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

ACTIVOS	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Saldo Final
Sistema Informático "Rider Solution"	401.459,70	0,00	0,00	401.459,70
Total	401.459,70	0,00	0,00	401.459,70

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo Inicial	Reforço do Exercício	Regularizações	Saldo Final
Sistema Informático "Rider Solution"	133.806,52	133.806,52	0,00	267.613,04
Total	133.806,52	133.806,52	0,00	267.613,04

ACTIVOS INTANGIVEIS - VALOR LIQUIDO **133.846,66**

✓
CA
Fale

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Valor acumulado em 31 de dezembro correspondente ao montante pago no âmbito do Fundo de Compensação de Trabalho, que foi instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto.

7. CRÉDITOS A RECEBER

	Ano 2016	Ano 2015
Clientes e Utentes		
Clientes / Utentes conta corrente		
Clientes Nacionais	4.388.944,76	2.578.440,54

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

As rubricas Estado e Outros Entes Públicos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2016		Ano 2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
IRC- Imposto S/Rendimento Pessoas Colectivas				
Pagam.Especial P/Conta	429,36		184,41	
IRC a Reembolsar/Pagar		3 665,79	18 766,91	
IRS- Imposto S/Rendimento Pessoas Singulares	2 494,16	29 626,00	2 486,10	20 158,00
IVA- Imposto S/Valor Acrescentado		2 148,51		2 359,21
Contribuições P/Segurança Social		19 074,37		22 421,53
Fundos de Compensação		53,05		55,20
	2 923,52	54 567,72	21 437,42	44 993,94

9. DIFERIMENTOS

As rubricas do Activo Corrente na conta Diferimentos apresentavam os seguintes valores:

	Ano 2016	Ano 2015
Gastos a Reconhecer		
Rendas de Edifícios	1 112,38	1 110,73
Seguros	11 392,97	12 364,78
Outros Custos	43 408,98	17 709,13
	55 914,33	31 184,64

10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Aplicações de Tesouraria	11.446.053,06	8.200.669,16	6.761.794,75	12.884.927,47
Outros Ativos Correntes	5.344,96	16.073,10	18.215,90	3.202,16
	11.451.398,02	8.216.742,26	6.780.010,65	12.888.129,63

CA
Folha

Esta rubrica não inclui os "Outros Depósitos Bancários", que estão contemplados na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários".

11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica inclui os "Outros Depósitos Bancários" que em 2015 estavam na rubrica de "Outros Ativos Correntes".

	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Numerário	1.696,51	8.987.813,69	8.988.320,94	1.189,26
Depósitos à Ordem	777.687,66	14.378.614,05	11.478.110,07	3.678.191,54
Outros Depósitos bancários	5.079.468,22	1.318.765,94	2.551.876,60	3.846.357,56
Total	5.858.852,39	24.685.193,68	23.018.307,61	7.525.738,36

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

A rubrica fundos registou um aumento de € 11 350,00, integralmente realizado, por entrada de 454 novos Cooperadores.

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Bens em regime de Locação Financeira em 31-12-2016:

	Valor de Compra	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Terreno D. Chaves	325 000,00	0,00	325 000,00
Edifício D. Chaves	1 072 020,59	0,00	1 072 020,59
Equipamento Transporte	92 001,12	23 000,28	69 000,84
	1 489 021,71	23 000,28	1 466 021,43

Os valores dos pagamentos das Locações Financeiras a efetuar são detalhados conforme se indica:

	Pagamentos	
	Capital	Juros
Pagamentos até 1 Ano	69 256,31	29 046,13
Pagamentos a mais de 1 Ano	694 075,56	80 975,48
	763 331,87	110 021,61

✓
CA
7/2

14. FORNECEDORES

	Ano 2016	Ano 2015
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores Nacionais	232.434,39	37.664,42

15. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	2016		Ano 2015	
	ACTIVO	PASSIVO	ACTIVO	PASSIVO
Remunerações a liquidar		143.806,99		154.567,78
Fundo Legal-Reserva Contencioso		1.147.703,49		828.154,20
Fundo Reserva - F. Social		180.207,02		181.717,72
Fundo Reserva - F. Cultural		8.932,55		8.932,55
Fundo Cultural - AGE COP		542.778,79		229.876,83
Receitas Estatutárias Art. 8º Fundação GDA		507.737,93		468.609,60
Faturação em Análise		932.662,40		467.586,72
Reclamações e Prescrições		3.248.809,23		1.290.736,45
Direitos a Distribuir (a)		18.588.023,92		15.833.127,70
Outros Valores	0,00	386.353,73	5.344,96	1.147.432,92
	0,00	25.687.016,05	5.344,96	20.610.742,47

(a) Os valores incluídos nestas rubricas correspondem aos direitos já cobrados e pendentes de pagamento aos respetivos titulares, bem como os que ainda aguardam análise e tratamento para colocação à disposição dos mesmos.

16. REPARTIÇÃO DO VALOR DA FACTURAÇÃO DE DIREITOS EMITIDA NO ANO

Facturação Total	TAXA ADMINIST. 20%	FUNDAÇÃO GDA	FUNDO LEGAL	VALORES A DISTRIBUIR	
				Fng	AV
9 184 831,19	1 830 805,53	1 035 737,93	459 241,56	3 540 360,09	2 318 686,08

17. SERVIÇOS PRESTADOS

	Ano 2016	Ano 2015
<u>Prestações de Serviços</u>		
Taxa Administração	1.830.805,53	1.544.906,05

✓
ca
Fol

18. SUBSIDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

	Ano 2016	Ano 2015
Apoio Estágio IEFP	0,00	6 180,23
Apoio ao Investimento- GDA	133 806,52	133 806,52
	133.806,52	139.986,75

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Detalhe das principais rubricas da Conta Fornecimentos e Serviços Externos:

	Ano 2016	Ano 2015
Trabalhos especializados	419.366,49	355.216,99
Publicidade e propaganda	15.720,19	1.057,65
Honorários	95.961,44	56.318,00
Conservação e reparação	4.258,83	5.788,41
Outros fornec. Serviços	4.815,49	4.709,30
Ferramentas e utensílios	15.913,58	9.953,42
Material de escritório	6.656,45	15.375,35
Artigos para oferta	6.373,80	459,96
Electricidade	11.810,99	9.344,85
Combustíveis	3.378,00	3.398,74
Deslocações e estadas	37.301,94	36.803,17
Rendas e alugueres	27.294,77	22.914,23
Comunicação	25.467,40	32.524,30
Seguros	7.192,17	7.213,51
Despesas de representação	20.296,19	9.255,11
Limpeza, higiene e conforto	9.268,02	8.325,50
	711.075,75	578.658,49

20. GASTOS COM PESSOAL

20.1 Durante o exercício de 2016, a GDA teve ao seu serviço, em média 29 Colaboradores.

20.2 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

	Membros da Direção	
	Ano 2016	Ano 2015
Remunerações	263.337,96	242.981,98

CA
Ple

20.3 Gastos Totais com Pessoal

Detalhe da rubrica Gastos com Pessoal:

	Ano 2016	Ano 2015
Remunerações	788 586,86	883 595,74
Encargos Sobre Remunerações	173 348,81	192 760,68
Outros Gastos C/Pessoal	119 618,12	83 133,28
	1 081 553,79	1 159 489,70

21. OUTROS RENDIMENTOS

	Ano 2016	Ano 2015
Prestação Serviços - Representação	27 949,68	28 252,86
Ganhos em Aplicações Financeiras	91 525,87	279 191,65
Outros Ganhos	38 859,80	15 726,61
	158 335,35	323 171,12

22. OUTROS GASTOS

	Ano 2016	Ano 2015
Impostos Diretos - IMI	2 356,82	2 356,83
Impostos Indiretos - IVA,IUC	45 316,03	30 391,09
Donativos	400,00	900,00
Quotizações	37 007,25	48 725,55
Perdas em Aplicações Financeiras	121 690,31	87 396,22
Outros Gastos	452,95	5 660,68
	207 223,36	175 430,37

23. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS / JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

23.1 Juros e Rendimentos similares obtidos:

	Ano 2016	Ano 2015
Juros Obtidos - Depósitos	62 252,65	113 764,15
Juros Obrigações	68 448,33	95 236,38
Aplicações Financeiras - Dividendos	29 373,64	29 645,89
Outros Financiamentos	0,00	1 104,58
	160 074,62	239 751,00

23.2 Juros e Gastos similares suportados:

	Ano 2016	Ano 2015
Juros Suportados	19 160,72	26 431,19
Despesas C/Serviços Bancários	14.611,38	20 548,27
Encargos c/ gestão de aplicações financeiras	57 609,35	98 435,58
	91 381,45	145 415,04

24. IMPOSTO S/RENDIMENTO DO PERIODO

O imposto sobre o rendimento contabilizado no período no montante de Euros 21 832,12, respeita à Colecta apurada sobre o Resultado Tributável e Tributação Autónoma em sede de IRC e respetiva Derrama.

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

A Direção da GDA não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos em 2017 que possam ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras respeitantes ao período findo em 31 de Dezembro de 2016.

O Contabilista Certificado



(Membro OCC 23 168)

A Direcção



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Caros Cooperadores,

No cumprimento e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o nosso parecer sobre as contas da **GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL**, referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2016.

Os membros do Conselho Fiscal – à exceção do vogal Revisor Oficial de Contas, que apenas em 10 de abril de 2017 formalizou a sua aceitação para o período restante do mandato relativo ao quadriénio de 2014 a 2017 – acompanharam, com regularidade, durante o ano de 2016, a atividade da **GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL**, tendo procedido ao exame dos livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatando a observância da lei e dos estatutos, tendo reunido com a Direção e obtido os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

No âmbito do processo de encerramento de contas, o Conselho Fiscal procedeu à análise e apreciação do Relatório de Atividades e das contas do ano de 2016. O vogal Revisor Oficial de Contas procedeu a exame às contas com a extensão e profundidade consideradas convenientes, tendo em vista a emissão da respetiva Certificação Legal das Contas.

O Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 27.278.837,18 euros e um total de fundos patrimoniais de 541.487,15 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de Atividades, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas emitida pelo vogal Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Cooperativa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor, nada nos tendo sido reportado ou de que tivéssemos tido conhecimento em contrário.

O Conselho Fiscal sublinha ainda a redução da taxa de administração, que passou de 26% (taxa praticada no ano de 2015) para 20% em 2016.

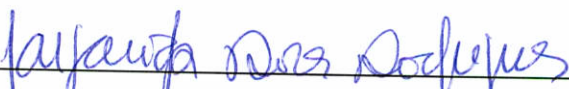
Assim, em resultado do trabalho desenvolvido, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Atividades bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo apresentados pela Direção e relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Que seja aprovado o resultado do ano de 2016, o qual apresenta valor nulo.

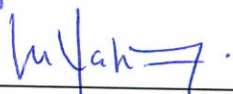
Por fim, agradecemos a colaboração sempre recebida da Direção e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar no âmbito das nossas funções.

Lisboa, 17 de maio de 2017

O CONSELHO FISCAL



Margarida Rosa Rodrigues (Presidente)



Beto Betuk (Secretário)



RV - ROMÃO & VICENTE – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA. (Vogal)

Representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas n.º 963)



ROMÃO & VICENTE

SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GDA – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 27.278.837,18 euros e um total de fundos patrimoniais de 541.487,15 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material,



devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 17 de maio de 2017



RV - ROMÃO & VICENTE – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas n.º 963)